



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

CAPITALISMO DEPENDENTE E ESCRAVIDÃO NAS ORIGENS DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL

**RODRIGO CASTELO
GUILHERME DE ROCAMORA**

RESUMO

O objeto central do texto é a consolidação, em meados do século 19, do capitalismo dependente no Brasil a partir das relações sociais de produção escravista. Para analisar este complexo processo histórico, recorreremos aos estudos de Marx e Engels sobre mercado mundial, colonialismo e escravidão e a uma gama de intelectuais marxistas brasileiros que estudaram a transição capitalista.

Palavras-chave: “Questão social”. Brasil. Capitalismo dependente. Escravidão.

ABSTRACT

The central object of the text is the consolidation, in the mid-19th century, of dependent capitalism in Brazil based on the social relations of slave production. To analyze this complex historical process, we draw on the studies of Marx and Engels on the world market, colonialism and slavery, and on a wide range of Brazilian Marxist intellectuals who have studied the capitalist transition.

Keywords: “Social question. Brazil. Dependent capitalism. Slavery.

1 Introdução

Desde os primeiros manuscritos conjuntos de Marx e Engels, no longínquo ano de 1846 em Bruxelas, o materialismo histórico e o movimento comunista buscaram, com acertos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

erros, investigar e transformar a realidade do mundo como um todo. Para isto, levaram em consideração as determinações universais do modo de produção capitalista e as particularidades nacionais das formações econômico-sociais. A partir daí, a tradição marxista gestou lideranças e movimentos políticos anticoloniais, capazes, inclusive, de construir revoluções nos rincões mais esquecidos desse planeta. As revoluções, afinal, eclodiram nos elos fracos do imperialismo, e não no centro do mercado mundial.

Apesar da abertura metodológica do materialismo histórico, Marx e Engels não tiveram sucesso nos seus textos sobre a América Latina. Formulações equivocadas foram proferidas a partir de pouco acúmulo e fontes precárias. Tais erros, todavia, não impediram o desenvolvimento de uma tradição fértil do marxismo na América Latina e Caribe. Pelo contrário: Julio Antonio Mella, José Carlos Mariátegui, Caio Prado Jr., Sergio Bagú, Ernesto Che Guevara, C.L.R. James, Walter Rodney, Eric Williams, ao invés de se limitarem ao recurso de citações clássicas dos fundadores da crítica da economia política, construíram refinadas mediações necessárias para análises concretas de formações econômico-sociais dependentes. Assim, revelaram a historicidade particular de como colonização e escravidão, nos circuitos universais da acumulação originária, gestaram as bases do que viria ser a transição ao modo de produção capitalista na América e suas regiões insulares.

No Brasil, distintas tradições marxistas buscam, desde o seu alvorecer no início do século 20, compreender os elementos centrais do modo de produção capitalista e suas particularidades históricas dependentes, articulando a “questão social” com a questão nacional, a regional e a agrária. É verdade que a Revolução Brasileira ainda não se concretizou, mas isto não pode omitir o fato de que milhares de revolucionárias e revolucionários, intelectuais orgânicos e tradicionais, tenham se esforçado em desvelar, com relativo êxito, a nossa realidade nacional para transformá-la radicalmente.

O presente texto retoma o fio da meada das controvérsias clássicas da Revolução Brasileira sobre transição de modos de produção e apresenta um objetivo: estudar o processo histórico de consolidação do capitalismo dependente no Brasil em meados do século 19 a partir do seu amalgama com relações sociais escravistas. Para alcançar este objetivo, fizemos um breve resgate das bases teórico-metodológicas anticoloniais dos fundadores da crítica da economia política. Nossa tese central é que o entendimento da gênese da “questão social” no Brasil, em meados dos Oitocentos, passa necessariamente pela compreensão dialética do desenvolvimento desigual e combinado entre capitalismo dependente e escravidão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sendo assim, a primeira parte do texto versa sobre os escritos de Marx e Engels a respeito da expansão capitalista mundial e seus métodos violentos, como a colonização e escravização de povos e territórios ao redor do globo terrestre, expropriados dos seus meios de produção e subsistência para tornar possível a mercantilização da força de trabalho e a acumulação de riquezas por parte das burguesias metropolitanas. Na segunda parte, é discutida, a partir de análises de Clóvis Moura ([1988] 2019; [1959] 2020), Emília Viotti da Costa ([1969] 1999), Florestan Fernandes (1976), Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi ([1982] 1991), Octavio Ianni (1987), Ruy Mauro Marini ([1969] 2017; [1973] 2022), Vânia Bambirra ([1972] 2019), dentre outras e outros, a transição da formação econômico-social brasileira e a consolidação do capitalismo dependente no Brasil em meados do século 19, assim como o papel das relações sociais de produção escravistas neste conturbado processo histórico. Para terminar, as considerações finais buscam consolidar as principais ideias discutidas ao longo da comunicação.

2 Mercado mundial, colonialismo e escravidão na transição global ao modo de produção capitalista

A formação do mercado mundial foi simultaneamente uma alavanca e um ponto de apoio para a expansão e consolidação do modo de produção capitalista. Sem aquela, este não existiria. E ambas tiveram como seus fundamentos o colonialismo, a escravidão, o saque e a pilhagem das riquezas materiais e imateriais de povos e territórios ao redor do globo terrestre.

No famoso prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (1859), Marx anunciava, logo nas primeiras linhas, que o tema do mercado mundial seria contemplado por um dos seus livros sobre a economia burguesa. De forma mais precisa, seria o último de seis livros da sua crítica da economia política. Nenhum dos três últimos anunciados – Estado, comércio exterior e mercado mundial – vieram à lume; entretanto, estes temas foram abundantemente abordados ao longo da sua obra e a de Engels.

Até a década de 1840, pode-se avaliar que Marx e Engels nutriam uma perspectiva pouco matizada da expansão mundial burguesa, tida como um avanço civilizacional frente ao atraso de países bárbaros e semibárbaros, se utilizarmos o palavreado diretamente extraído do famoso panfleto comunista de 1848. Desde as suas formulações conjuntas iniciais,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

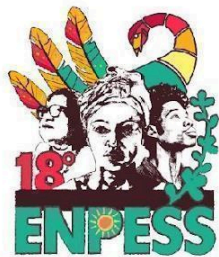
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

consumadas no manuscrito *A ideologia alemã* (1846), eles ressaltaram o impacto do mercado mundial na criação do capitalismo, perseguindo esta ideia, com idas e vindas, até o final da vida. No *Manifesto do Partido Comunista* (1848), os revolucionários alemães enfatizaram os determinantes mundiais do capitalismo na primeira seção. Civilização e barbárie, avanço e atraso, Oriente e Ocidente: o uso quase binário desses termos deixa clara a influência de uma formação eurocêntrica ainda marcada pelo peso do hegelianismo, a despeito do rompimento filosófico-político de Marx e Engels com os chamados neohegelianos de esquerda, da criação do materialismo histórico e do mergulho de cabeça na militância revolucionária.

Esta perspectiva sobre a expansão do mercado mundial mudou no decênio seguinte. A partir de 1850, Marx e Engels passaram a problematizar tal expansão, trazendo análises mais nuançadas da dinâmica contraditória desse processo expansionista a partir do aprofundamento dos estudos sobre regiões periféricas. Marx e Engels foram obrigados, até mesmo por questões de sobrevivência material de Karl, a se debruçarem sobre matérias internacionais, com peso para a colonização britânica na Índia. É deste período de jornalista que estão registradas as duras críticas marxianas ao caráter brutal e espoliativo da expansão capitalista na Ásia, por exemplo, embora ainda prevaleçam traços eurocêntricos rabiscados pela sua pena.

Um dos fatores preponderantes desta inflexão veio, todavia, da militância política. A questão irlandesa sempre foi uma preocupação nas casas Marx e Engels e marcou profundamente, desde o início, a crítica da economia política. No clássico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels ([1844] 2008, p.131) anotou que “o rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda”. Nos anos 1850, as militantes Mary e Lizzie Burns e a caçula de Marx, Eleanor, estavam decididamente engajadas na luta pela libertação nacional da Irlanda do jugo imperial britânico. A partir de um acúmulo prévio dos estudos engelsianos, da efervescência política emanada dos movimentos irlandeses e dessas intervenções familiares militantes, Karl e Friedrich atentaram para a centralidade da questão colonial ali no coração da Europa Ocidental.

A questão irlandesa foi apenas o estopim de um rastilho que despertou o vívido interesse de Marx e Engels por outras regiões e povos das margens do mercado mundial. A dupla de revolucionários desenvolveu crescentemente uma concepção internacionalista da luta comunista, guiada pela solidariedade aos povos ao redor do mundo. Este compromisso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

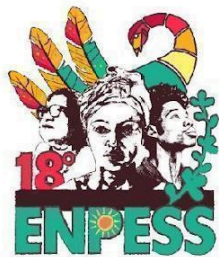
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

militante fica patente quando entendemos o ato fundacional da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) como fruto da solidariedade do movimento operário europeu à emancipação política do povo negro escravizado no sul dos Estados Unidos da América (EUA) e às lutas do povo polonês contra a dominação do Czar russo (Musto, 2022). Na mensagem inaugural da Primeira Internacional, escrita por Marx em setembro de 1864, a Guerra Civil estadunidense (1861-65) e a insurreição polonesa (1863-64) contra a ocupação russa são temas que fecham o documento (Marx, [1864] 2014, p.99). A questão irlandesa também não passou batido pelas análises da AIT: ao longo dos anos 1870, a organização agitou como nunca a pauta da autodeterminação do povo irlandês, seguindo a trilha aberta pela radicalização do movimento revolucionário feniano.

Na década de 1870 e início de 1880, Marx e Engels aprofundaram seus estudos sobre sociedades não-ocidentais e alcançaram a formação social russa, o que ficou registrado, dentre outros documentos, na troca epistolar entre os revolucionários alemães e organizações políticas russas. É desta leva a famosa carta escrita por Marx em 8 de março de 1881 e endereçada à Vera Zasulich, na qual ele se posiciona duplamente: primeiro, contra a transposição mecânica das suas análises sobre as expropriações típicas da acumulação primitiva na Europa Ocidental para outras partes do mundo; e, em segundo lugar, a favor da ideia de que a revolução socialista eclodiria inicialmente nas margens do mercado mundial, no caso, na Rússia. E a principal razão dessa virada na sua teoria revolucionária salta aos olhos, a saber, a reminiscência de organizações comunais primitivas da terra. Ou seja, a Rússia, até então vista como um bastião intransponível da contrarrevolução reacionária, alimentaria o futuro socialista, inclusive saltando etapas históricas. Numa tacada só, Marx explicitava que sua teoria não era uma teoria geral da história e que o berço da revolução não estaria nos países com o mais alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. As margens do mercado mundial, definitivamente, ganhavam o centro das suas formulações teóricas e políticas.

Captando a essência dos levantes populares na periferia do mercado mundial ao longo de três décadas, Marx e Engels consolidaram a ruptura teórico-política com o eurocentrismo e a perspectiva unilinear da história, supostamente determinada pelos povos brancos europeus ocidentais (Löwy, 2013). Assim, a famosa palavra de ordem *Proletários de todo o mundo, uni-vos!* perdeu progressivamente sua aparência de um universalismo abstrato e passou a captar concretamente as distintas particularidades históricas dos povos periféricos e dependentes, autoconscientes do seu papel na revolução mundial. Como bem resume Kevin



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Anderson (2019, p.35),

Nos anos 1840, [Marx] tinha uma perspectiva implicitamente unilinear, às vezes tingida de etnocentrismo, segundo a qual as sociedades não-ocidentais seriam necessariamente absorvidas pelo capitalismo e então modernizadas por meio do colonialismo e do mercado mundial. Com o passar do tempo, no entanto, sua perspectiva evoluiu para uma mais multilinear, deixando em aberto o desenvolvimento futuro dessas sociedades.

As lições extraídas das lutas dos povos irlandês, russo, indiano, polonês e estadunidense impactaram fortemente a teoria revolucionária defendida por Marx e Engels, que passou a defender a tese de que a revolução proletária nasceria na periferia. E foram igualmente incorporadas, como veremos a seguir, nas principais obras da crítica da economia política – as edições alemã e francesa do livro I de *O capital*, por exemplo –, compondo uma nova fase da práxis revolucionária comunista, na qual ocorreram disputas mais abertas a partir dos anos 1860-70 com setores reformistas e evolucionistas.

Na passagem do século 18 para o 19, a longa marcha da acumulação primitiva do capital culminou em mudanças substanciais na divisão social do trabalho no centro do mercado mundial. Durante o período da Revolução Industrial, o surgimento da maquinaria na Inglaterra e sua crescente utilização em processos de extração de mais-valia absoluta e relativa estabeleceram as condições para a transformação da manufatura, de base técnica artesanal, na grande indústria organizada a partir da fábrica. O uso capitalista da maquinaria intensificou a subsunção real do trabalho ao capital, nos termos de Marx ([1867] 2013, p. 578), alimentando a separação dos produtores diretos não apenas de seus meios de produção e subsistência, mas também do domínio relativo sobre a condução dos processos produtivos.

As mudanças na divisão social do trabalho na Inglaterra, com a ascensão da grande indústria, colocaram sobre novas bases o funcionamento do mercado mundial. O aumento da composição orgânica do capital nas indústrias inglesas e a conseqüente ampliação da produtividade do trabalho engendraram um duplo movimento: de um lado, as fábricas passaram a demandar cada vez mais matérias-primas a baixo custo, bem como alimentos destinados ao consumo da massa crescente de força de trabalho urbano-industrial; de outro, a necessidade do escoamento da produção industrial para o mercado externo ganhou novas proporções. Assim, a Inglaterra intensificou incursões militares, diplomáticas e comerciais pela conquista de novos mercados consumidores.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, a primazia industrial inglesa traduziu-se em predomínio comercial (Marx, [1867] 2013, p. 824). Este país comandou, então,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a formação de uma divisão internacional do trabalho (DIT), cujo pleno funcionamento estabeleceu-se em meados do século 19. Nessa nova relação, territórios coloniais e semicoloniais das Índias Orientais e de outras localidades da Ásia, bem como países formalmente independentes das Américas, foram progressivamente convertidos em “campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” (Marx, [1867] 2013, p. 523).

A principal fonte de insumos para a indústria inglesa mais dinâmica neste período – a produção têxtil –, provinha, sobretudo, do Sul dos EUA. O algodão plantado nos latifúndios estadunidenses, com a utilização da força de trabalho escravizada, era um dos fundamentos da acumulação capitalista industrial na Inglaterra. O estabelecimento da DIT impulsionou e teve como um dos seus pilares as relações sociais de produção escravistas, agora orientadas à produção e extração de mais-valia, como parte da totalidade integrada constituída pela universalização desigual e combinada do capitalismo. Em artigo jornalístico escrito para o *New York Daily Tribune* no ano de 1861, comentando os impactos da Guerra Civil dos EUA na produção e exportação de algodão pelo país, Marx enfatizou:

A moderna indústria inglesa, em geral, se apoiou em dois eixos igualmente monstruosos. O primeiro foi a *batata* como o único alimento da Irlanda e de grande parte da classe trabalhadora inglesa. [...] O segundo eixo da indústria inglesa foi o algodão cultivado por escravos nos Estados Unidos. [...] Enquanto os produtores de algodão ingleses dependerem do algodão cultivado por escravos, podemos afirmar verdadeiramente que eles se baseiam em uma dupla escravidão, a escravidão indireta do homem branco na Inglaterra e a escravidão direta do homem negro do outro lado do Atlântico (Marx, [1861] 2022, p. 35, grifo do autor).

Alguns anos depois, no capítulo 13 do livro I de *O capital*, “Maquinaria e grande indústria”, destacou:

[...] quanto à matéria-prima, não resta dúvida [...] de que a marcha acelerada da fiação de algodão alavancou artificialmente a cultura de algodão nos Estados Unidos e, com ela, não só incentivou o tráfico de escravos africanos como, ao mesmo tempo, fez da criação de negros o principal negócio dos assim chamados estados escravistas fronteiriços. Quando, em 1790, realizou-se nos Estados Unidos o primeiro censo de escravos, o número deles era de 697 mil; em 1861, eles chegavam a 4 milhões (Marx, [1867] 2013, p. 515-6).

A estreita conexão entre mercado mundial, colonização e escravidão ganha contornos mais precisos no capítulo 24, “A assim chamada acumulação primitiva”. No item 6, “A gênese do capitalista industrial”, Marx analisa, com maior rigor teórico do que antes, como a expansão mundial capitalista se deu a partir daquilo que ele chama da *violência como potência econômica*, pela qual o Estado burguês combina racionalmente múltiplas formas de expropriação de riquezas. Colonização, dívida pública, tributação regressiva e protecionismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

econômico são métodos nada idílicos de apropriação de meios de produção e subsistência ao redor do mundo que ganham destaque, mas estão longe de serem os únicos: guerras comerciais, escalpos, fome, o rapto e escravização de crianças, despovoamento, devastação ambiental também figuram no cardápio dos métodos da acumulação primitiva que, diga-se de passagem, não se esgotaram na pré-história do capitalismo (Luxemburgo, [1913] 2023).

No caso das Américas, Marx estabelece, em duas passagens, a relação hierarquizada e brutal de extração de riquezas entre Inglaterra e Estados Unidos. Na primeira, comenta que “uma grande parte dos capitais que atualmente ingressam nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue de criança que acabou de ser capitalizado na Inglaterra” (Marx, [1867] 2013, p.826). A segunda passagem é ainda mais explícita na interconexão entre mercado mundial, capitalismo e escravidão. Ao final do item, escreve o revolucionário alemão:

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo (Marx, [1867] 2013, p.829).

Resumidamente, em livros da juventude, panfletos revolucionários, matérias jornalísticas, cartas, cadernos de notas e estudos e, sobretudo, nos seus livros da crítica da economia política, Marx e Engels costuraram, desde os anos 1840, a íntima relação entre a expansão do modo de produção capitalista com o colonialismo e a escravidão de povos e territórios nas margens do mercado mundial. Apesar de ignorado por famosos comentadores das suas obras, este rico arcabouço teórico-metodológico não passou despercebido por argutos marxistas dos países dependentes, com destaque aqui para os latino-americanos. A partir das observações e análises marxianas e engelsianas, souberam, com criatividade, tecer análises concretas de situações concretas a respeito da gênese do capitalismo nas suas respectivas formações econômico-sociais dependentes. É o que veremos a seguir, a partir da situação brasileira de transição ao modo de produção capitalista a partir de relações sociais escravistas.

3 A escravidão oitocentista nas origens do capitalismo dependente brasileiro

A escravidão nos EUA, em Cuba e no Brasil ganhou novo fôlego a partir da consolidação da grande indústria na Inglaterra, com a formação da divisão internacional do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho no século 19. Não se tratava mais da utilização da força de trabalho escravizada como método da acumulação primitiva para o incremento do capital comercial e usurário nas antigas metrópoles, organizadoras do sistema colonial. O uso desta relação social de produção baseada na violência mais brutal dotou-se, naquele século, de um novo sentido: seu fundamento e aquilo que lhe dava vigor era a produção de mercadorias para a venda no mercado mundial capitalista comandado pelo capital industrial, tendo como objetivo a obtenção de lucro privado, via extração de mais-valia do trabalhador escravizado. Sendo assim, a escravidão oitocentista no Brasil ganhou um conteúdo qualitativamente novo, respondendo a dinâmicas engendradas pela DIT, sob a égide do modo de produção capitalista (Marquese; Salles, 2016, p. 130).

A *integração dinâmica*, nos termos de Ruy Mauro Marini ([1969] 2017, p. 48), da América Latina ao mercado mundial ocorreu simultaneamente às Independências políticas dos países no subcontinente. As Independências formais na primeira metade do século 19 eliminaram a intermediação direta das antigas metrópoles na produção e circulação da riqueza lastreada no exclusivo comercial, transformando, de maneira desigual, as estruturas produtivas agromineiras exportadoras dos recém-criados Estados nacionais. Essas atividades tornaram-se negócios de proprietários privados interessados nas transações do comércio internacional. Tudo isso desenvolveu-se com descontinuidades e lentidão. Em meados daquele século, a América Latina havia transitado de uma “*formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*” (Bambirra, [1972] 2019, p. 78, grifos da autora), e os impulsos provenientes da circulação de mercadorias, via integração à divisão internacional do trabalho, gestaram transformações qualitativas na esfera produtiva (Marini, [1973] 2022).

Na situação brasileira, houve uma determinação *sui generis*, particularizando-a em relação à América Latina: a Independência formal em 1822 foi precedida pela abertura dos portos às nações amigas da Coroa portuguesa (1808), quando a família real se deslocou para cá em fuga das Guerras Napoleônicas. Segundo Caio Prado Jr. ([1933] 2006, p. 46), este evento antecipou a autonomia política do Brasil, com a instituição da liberdade de comércio e a intensificação das trocas com a Inglaterra. O fluxo de mercadorias inglesas desembarcadas nos portos brasileiros atestava a rápida integração subordinada do país à DIT comandada pelos britânicos (Hardman; Leonardi, [1982] 1991, p. 46).

Simultaneamente, houve a retomada progressiva das exportações de bens agrícolas. O



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prelúdio deste processo já estava instaurado na década de 1790. Todavia, a abertura dos portos o alçou a um novo patamar. Nas décadas posteriores, principalmente após a Independência, as exportações de café do Vale do Paraíba – cuja produção se convertia no novo eixo dinâmico da economia – ganhou enorme impulso: entre 1815 e 1830, no intervalo de somente 15 anos, as toneladas de café exportadas foram catapultadas de 1.500 para 30.000, convertendo a produção brasileira em formadora de preços no mercado mundial. Posteriormente, entre 1831 e 1850, a exportação saltou para 118 mil toneladas, garantindo ao Império o posto de maior produtor mundial de café (Marquese; Salles, 2016, p. 137-40).

A pujança da produção cafeeira foi possibilitada pela exploração da força de trabalho escravizada. As lutas pela independência contaram com a participação de setores médios letrados da sociedade colonial, influenciados pelas ideias da Revolução Francesa, camadas populares de categorias livres pauperizadas, como pequenos artesãos e dos próprios escravizados, vislumbrando na Independência uma possibilidade de conquistar sua libertação (Moura, [1959] 2020). Entretanto, a resultante do equilíbrio instável das relações de força naquele período expressava a direção impressa pelos latifundiários e comerciantes de escravizados, cujos interesses predominaram ao final do processo. A Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, institucionalizou a conservação da escravidão pelo novo Estado. Com o mesmo documento, cristalizava-se no arcabouço legal brasileiro o princípio da livre empresa, substituindo o sistema de privilégios e restrições oficiais à atividade produtiva (Franco, [1969] 1997, p. 174). Manifestava-se, assim, o lento processo de mercantilização da vida social, contraditoriamente amalgamado à escravidão e sustentado pela sua manutenção. O liberalismo, combinado ao escravismo, ganhava o seu lugar ao sol em *Terra Brasilis*.

Com a produção destinada ao mercado mundial, houve uma crescente demanda por força de trabalho, suprida pelo comércio internacional de pessoas escravizadas, garantindo lucros exorbitantes ao capital comercial investido nesta atividade e a oferta de pessoas escravizadas por um baixo preço. Contraditoriamente, a Inglaterra, cujo apoio diplomático e financeiro havia sido importante para o reconhecimento da Independência brasileira – através da contração de uma dívida externa com aquele país –, conduzia uma política de combate à escravidão, tendo em vista abrir novos mercados consumidores. O apoio inglês foi condicionado pela assinatura de um tratado em 1826, ratificado em 1827, no qual o Império brasileiro se comprometia a acabar com o comércio de escravizados no período de três anos. Devido a isso, foi decretada, em 1831, uma lei concedendo liberdade para escravizados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trazidos ao Brasil e instituindo sanções aos comerciantes. Ainda assim, entre 1835 e 1850, mais de 690 mil pessoas foram sequestradas e traficadas de África para o Brasil. Destas, 80% desembarcaram nos portos do Sudeste cafeeiro (Marquese; Salles, 2016, p. 140).

Com a ascensão das exportações e a dinamização da acumulação capitalista, crescia a rebeldia da população negra escravizada, produtora da riqueza. A violência estatal, funcionando como uma potência econômica, estava à disposição das classes dominantes para reprimir as lutas dos subalternizados e conservar a reprodução do capital, a exemplo da ação para conter o ciclo de revoltas de escravizados na Bahia, então uma das principais províncias do Império, durante o período entre as décadas de 1810 e 1830. A força policial e as leis repressivas foram uma resposta do Estado à “questão social” em gestação, determinada pela exploração da força de trabalho escravizada e suas resistências. Em 1831, após muitas dessas revoltas, o Código Criminal do Império foi instituído com o conceito jurídico de *insurreição* para a reunião de vinte ou mais escravizados que buscassem a conquista da liberdade pela força. Após a Revolta dos Malês de 1835, alimentada pela experiência prévia de organização e luta dos escravizados e cujo objetivo era a tomada do poder, foi instituída a pena de morte para quem matasse ou ferisse o seu senhor e sua família, dentre outras sanções violentas para delitos menores (Moura, [1988] 2019, p. 269-70).

Ao mesmo tempo, os influxos da integração dinâmica subalternizada ao mercado mundial impactaram a prática econômica das classes dominantes brasileiras. As oligarquias agrárias, agora comprimidas pelas legalidades do comércio internacional capitalista de mercadorias, transformavam-se lentamente em empresários, passando a adotar, de forma paulatina e heterogênea, uma nova racionalidade na condução dos processos produtivos:

Gerada na esfera da comercialização do café, a organização racional dos negócios relacionados à cafeicultura encaminha-se insistentemente para a fazenda. Assim, a comercialização do café impõe a reelaboração dos fatores e da organização na fazenda, transformando-a numa empresa, no sentido de empreendimento capitalista (Ianni, [1967] 1987, p. 16).

Estava em marcha um processo de aburguesamento das oligarquias, agora com o controle, pela interrupção da mediação colonial, de uma maior parte do excedente econômico produzido pela força de trabalho escravizada, embora sofressem as perdas das transferências de valor para o exterior (Fernandes, 1976, p. 26-7), tendência estrutural de uma formação econômico-social dependente (Marini, [1973] 2022). Esse fator abria portas para a acumulação interna de capitais. A distribuição da mais-valia retida no país, por sua vez, era realizada entre distintas frações das classes dominantes. Nesta relação, era importante a figura do comissário,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

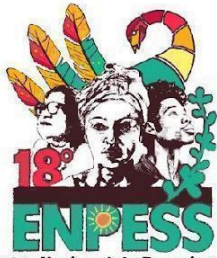
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ponto de conexão entre o latifundiário e as firmas exportadoras inglesas. Os comerciantes de café se apropriavam de parte substantiva do excedente, além de, muitas vezes, concederem empréstimos aos próprios latifundiários, financiando a produção e operando como capital bancário (Franco, [1969] 1997, p. 173-4).

O espraiamento das relações sociais capitalistas expressava-se também no processo de mercantilização da terra. Segundo Emília Viotti da Costa ([1968] 1999, p. 173), o período pós-Independência acelerou a vigência das práticas de compra e venda da terra, “em virtude das modificações que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais em resposta à expansão do mercado internacional”. Com a abolição da doação de lotes pela Coroa, a forma de aquisição de terras vigente tornou-se a prática de ocupação por parte de “posseiros”. Neste período, as oligarquias ampliaram substancialmente as extensões de suas propriedades que, embora não fossem reconhecidas pela lei, “eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade” (Costa, [1968] 1999, p. 176).

Como resposta ao movimento real em gestação no bojo das relações sociais, a mercantilização da terra passou a ser discutida pelo Estado imperial. A primeira proposta de legislação foi construída em 1842 e, em 1850, foi instituída a Lei de Terras, tornando a compra e a venda a única forma legal de aquisição de terras no Brasil, com mediação estatal. Consolidando uma prática já vigente, a legislação concedeu ainda mais aportes para expandir o poder econômico dos latifundiários. Estes foram capazes de registrar em cartório amplas extensões territoriais, anteriormente fora de suas propriedades. Em seguida, fizeram uso da violência estatal para expropriar as populações camponesa e indígena que até então ocupavam os territórios (Linhares; Silva, 1999, p. 62), abrindo novas fronteiras para a acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, a Lei de 1850 institucionalizou a impossibilidade do acesso à terra tanto pelo campesinato como pela população escravizada, em um movimento de antecipação das classes dominantes à possibilidade de uma crise da escravidão, diante das constantes pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico internacional e o acirramento interno das lutas de classes.

Com a consolidação do capitalismo dependente em meados do século 19, podemos constatar um aprofundamento da divisão social do trabalho no Brasil. Desde os anos 1810, há a instalação de algumas fábricas em território brasileiro. Os primeiros registros são de Vila Rica, em 1814, e do Rio de Janeiro, em 1819. Logo após a Independência, uma fábrica de fiação e tecelagem foi instalada em Pernambuco, empregando exclusivamente força de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

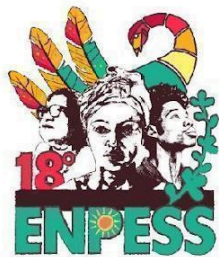
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho escravizada. Todavia, é a partir dos anos 1840 que a proliferação das indústrias apresentou-se de forma mais expressiva, dando origem a uma nascente burguesia industrial (Hardman; Leonardi, [1982] 1991, p. 31). Esta, dialeticamente, emergia com traços de aristocratização, dada a sua profunda relação – familiar, social e cultural – com as oligarquias aburguesadas. Ao mesmo tempo, encontrava-se em uma relação de complementaridade objetiva com o setor agroexportador, que permanecia a fração dominante, uma vez que a origem do capital invertido nas indústrias era o excedente produzido por aquelas atividades (Fernandes, 1976).

Havia também a integração entre os industriais brasileiros e o capital estrangeiro, especialmente o inglês, o que veio a se aprofundar com a entrada do capitalismo em sua fase imperialista e a intensificação da exportação de capitais do centro do sistema. Um exemplo era o próprio Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, considerado um dos primeiros industriais do Brasil e que trabalhou ativamente para atrair capitais estrangeiros para o país, especialmente os britânicos. Por fim, outra fonte de financiamento era o capital anteriormente investido no tráfico internacional de escravizados, buscando novas esferas de aplicação após a implementação da Lei Eusébio de Queiroz (1850) que pôs fim, em poucos anos, à essa atividade (Prado Jr., [1945] 1982, p. 164).

Para além disso, as primeiras indústrias se estabeleceram visando atender a demanda proveniente da própria economia exportadora: a indústria têxtil elaborava sacos para o transporte do café e roupas para os trabalhadores escravizados, enquanto atividades metalúrgicas proliferavam para a construção de estradas de ferro, tendo em vista escoar a produção (Hardman; Leonardi, [1982] 1991). A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), por sua vez, gerou novo impulso à atividade industrial. A invasão do Brasil, Argentina e Uruguai ao território paraguaio, promovendo o genocídio do povo vizinho, aumentou a demanda estatal, através das Forças Armadas, por fardas, calçados, alimentos e armamentos. Essa demanda foi suprida pela indústria interna, o que chegou inclusive a diminuir, em termos relativos, a importância do comércio exterior na obtenção desses bens durante o período de vigência do conflito bélico (Levy, 1994, p. 94).

O fim do tráfico internacional gestou contradições econômicas para a manutenção das relações de produção escravistas, uma vez que houve um progressivo encarecimento do preço do escravizado, tendência apenas parcialmente contrarrestada pelo tráfico interprovincial. A partir de 1850, instituiu-se uma tendência à queda da proporção de escravizados em relação ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

total da população. De 1850 a 1852, há uma queda de 31% para 15%. Em 1887, às vésperas da Abolição, este número já se encontrava em 5% (Moura, [1959] 2020, p. 97). Em outras palavras, podemos observar neste período o início de um processo de transição para o predomínio da força de trabalho “livre”, concluído quase quatro décadas depois, com a Abolição (1888), tanto pela ação política do Abolicionismo como pelas fugas e revoltas empenhadas pela própria população escravizada, sujeitos ativos de sua libertação:

Não se conclua, porém, que a escravidão viria automaticamente a desaparecer devido a essas contradições econômicas. Não há determinismo econômico e social de espécie alguma: a luta política pelo completo fim da escravidão jogou, aí, um papel decisivo. Os latifundiários, os escravistas de todo tipo e a maior parte do clero opuseram-se até o fim à abolição da escravidão, prolongando a crise do regime durante dezenas de anos (Hardman; Leonardi, [1982] 1991, p. 94).

Mesmo com o fim do tráfico internacional, a escravidão permanecia sendo utilizada nos eixos dinâmicos da acumulação capitalista, deslocados do Nordeste para o Sudeste. Entretanto, começavam a surgir, embora de forma esporádica, as primeiras experiências de emprego capitalista do trabalho “livre” nas fazendas de café, em especial no Oeste Paulista. Estabeleciam-se ensaios de políticas de incentivo à imigração para substituir a força de trabalho negra, o que ganharia fôlego após a Abolição, com o desenvolvimento do racismo científico e das ideologias eugênicas de embranquecimento da população (Moura, [1988] 2019). Na prática, o colono europeu, ao chegar para trabalhar no Brasil sob o sistema de “parceria”, convivia na mesma unidade produtiva com trabalhadores escravizados. Contraditoriamente, a predominância da escravidão fazia com que o “padrão escravista de administração e tratamento” não deixasse de “contaminar as relações de trabalho no sistema de parceria” (Ianni, [1970] 1987, p. 37).

Nas indústrias, a situação não era diferente. Embora houvesse a utilização da força de trabalho “livre” em muitas das primeiras atividades industriais, não era incomum a convivência, na mesma fábrica, entre operários e escravizados trabalhando conjuntamente na produção da mais-valia. Nessas situações, assim como no campo, as relações de produção escravistas condicionavam as modalidades de trabalho “livre”. Em muitas situações, os operários recebiam o mesmo tipo de alimentação e alojamento dos escravizados, bem como trabalhavam em jornadas extenuantes que podiam chegar até 15 horas por dia, sem direito à descanso semanal remunerado ou férias. Nos anos 1840 e 1850, o pagamento em salário ainda era uma excepcionalidade. Apenas mestres e contramestres recebiam salário, enquanto operários não-qualificados “recebiam apenas comida, uniforme e um bônus, ao final do ano, variável em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

função da qualidade do serviço e do comportamento. Somente em 1866 surgiram referências ao pagamento de salários a todos os operários de uma fábrica têxtil” (Hardman; Leonardi, [1982] 1991, p. 96).

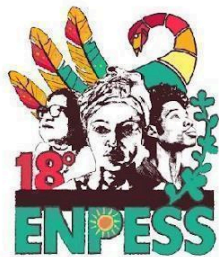
Em suma, não é possível compreender o processo de gestação da classe trabalhadora e da burguesia no Brasil – bem como, por consequência, a “questão social” em nosso país – passando ao largo das determinações da escravidão nas origens do capitalismo dependente brasileiro. Com a integração dinâmica à divisão internacional do trabalho durante o século 19, as relações sociais de produção escravistas – conservadas do período colonial, quando foram eixo de sustentação da acumulação originária na Europa – encontravam-se subsumidas à produção da mais-valia e, portanto, ao modo de produção capitalista.

4 Considerações finais

Com suas formulações sobre a relação entre mercado mundial, colonialismo e escravidão moderna, Marx e Engels deixaram as bases para compreendermos a constituição universal do modo de produção capitalista. Esta se baseou na violência como uma potência econômica, operada pelos variados métodos da acumulação primitiva. Indo além, eles demonstraram como a consolidação deste modo de produção na Inglaterra, com a subsumção real do trabalho ao capital via grande indústria mecanizada, manteve como um dos seus principais fundamentos a colonização até mesmo dentro da Europa e a escravidão do outro lado do Atlântico, através da divisão internacional do trabalho. A escravidão no século 19 estava subsumida à produção industrial capitalista e seu fundamento era a produção de mais-valia. É sobre essas bases que devemos pensar o Brasil oitocentista.

O espraiamento das relações capitalistas via integração dinâmica à divisão internacional do trabalho engendrou a transição da formação econômico-social brasileira para o capitalismo dependente, consolidada em meados do século 19. Este processo teve como particularidade a manutenção e o impulsionamento das relações sociais de produção escravistas, agora com um novo conteúdo histórico, determinando a configuração da gênese da “questão social” no Brasil.

A consolidação do capitalismo dependente em meados do século 19, por sua vez, inaugurou uma paulatina transição para a predominância do uso da força de trabalho “livre”, embora com a manutenção do escravismo nos eixos dinâmicos da acumulação. Essa transição apresentou o uso combinado de distintas formas de exploração da força de trabalho, passando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por uma miríade de modalidades de trabalho compulsório até o assalariamento. Mesmo no período pós-Abolição, esses métodos de exploração seguiram presentes na produção e reprodução capitalista no Brasil, expressando o desenvolvimento desigual e combinado.

Caso tomemos a teoria como um arcabouço de categorias a serem aplicadas à realidade dependente brasileira, essas contradições reais podem parecer intransponíveis em nossa busca pela compreensão dos processos históricos. Todavia, como bem nos lembra Lenin ([1899] 1982, p. 127): “A vida mesma cria tais formas que reúnem, em notável graduação, sistemas econômicos opostos pelos caracteres essenciais”. Cabe à formulação teórica captar essas contradições e determinações, rumo a um novo concreto pensado, como síntese, sobre a nossa formação econômico-social. Um passo indispensável para cumprir essa tarefa é retomar a rica e diversa tradição marxista gestada nos países dependentes, através de um balanço crítico. Afinal de contas, o estudo do passado, com os pés no presente e de olho nas utopias do futuro, são indispensáveis à construção da Revolução Brasileira.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não-ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, [1972] 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, [1969] 1999.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, [1844] 2008.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2. ed. São Paulo: Ática, [1982] 1991.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, [1970] 1987.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1982.

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÖWY, Michael. Introdução. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.9-16.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1913] 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, [1969] 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: dialética da dependência e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2022. p. 167-216.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. O comércio britânico de algodão. In:____; ENGELS, Friedrich. **A guerra civil dos Estados Unidos**. São Paulo: Boitempo, [1861] 2022. p.32-35.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, [1864] 2014. p.93-99.

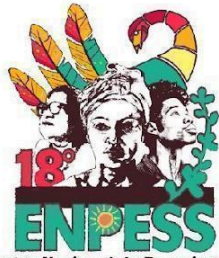
MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1959] 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, [1988] 2019.

MUSTO, Marcello. A Guerra Civil nos EUA e as lutas pela independência da Polônia: Marx e a política da emancipação. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v.14, n.1, p.505-516, abr. 2022.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, [1945] 1982.